

PROGRAMA DE CONCURSO

Concurso Público Internacional, alínea a) do nº 1 do artº 20º do CCP

PAQ. 196/25 - EDOC/2025/60642

Fornecimento Contínuo de Gasóleo de Aquecimento para Edifícios sob Gestão do Município de Viseu

Secção I

Cláusulas gerais

ARTIGO 1º

Objeto do concurso

- 1- Fornecimento contínuo de gasóleo de aquecimento para edifícios sob gestão do Município de Viseu - ano 2026, em conformidade com o estipulado no Caderno de Encargos.
- 2-O fornecimento contínuo será faseado, por mail, de acordo com as necessidades da autarquia durante a vigência do contrato

ARTIGO 2º

Entidade Adjudicante

- 2.1 - A entidade adjudicante é o Município de Viseu com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, com o numero de telefone 232 427 427, e email www.cm-viseu.pt e uocp@cmviseu.pt
- 2.2 - O processo de concurso decorre na Unidade Orgânica de Contratação e Logística, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt de acordo com as condições constantes do Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

ARTIGO 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho do Exmº Sr. Vice Presidente de 23/06/2025, em substituição do Exmº Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº3 do art. 57º da Lei 169/99 de 18 de setembro e Despacho nº1/P de 13 de outubro.

ARTIGO 4º

Impedimentos

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no Artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 5º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

5.1 - As peças do procedimento, são integralmente disponibilizadas, gratuitamente, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt e através da qual serão realizadas todas as notificações e comunicações.

5.2 - *A participação no concurso, depende de prévia inscrição a ser efetuada no portal www.acingov.pt.*

ARTIGO 6º

Preço base

Não tem preço base definido, dadas as suas características e regras de comercialização.

Sendo o objeto de contrato, o fornecimento de gasóleo para aquecimento, não é possível aferir com exatidão os seus gastos, nem o seu custo global durante o período previsto para o contrato, considerando que o seu preço se encontra dependente do valor do gasóleo rodoviário.

ARTIGO 7º

Critério de adjudicação e desempate

1-A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade prevista na al. b) do nº1 do artigo 74º do CCP, isto é, avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2- O primeiro critério de desempate será o menor valor obtido do rácio entre o preço de referência nacional da marca (à data do 1º dia útil de apresentação de propostas) e o valor do desconto aplicado em relação ao preço de referência:

$$x = \frac{\text{preço de referência nacional da marca} \\ (\text{à data do 1º dia útil de apresentação} \\ \text{de propostas})}{\text{valor do desconto aplicado} \\ \text{em relação ao preço de referência:}}$$

3- O segundo critério de desempate será o prazo de entrega máximo dos bens a fornecer no âmbito do contrato mediante pedido do Município, em conformidade com o preenchimento do Anexo “Prazo máximo de entrega”.

ARTIGO 8º

Faturação e condições de pagamento

8.1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela entidade adjudicante, acrescidas do IVA às taxas legalmente em vigor, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas mensais, as quais devem conter o numero sequencial do compromisso.

8.2 - Nos termos do artigo 299-B do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário deverá emitir faturas em formato eletrónico. Sendo uma grande empresa deverá ser remetida através do portal SaphetyDoc (www.saphety.com), com o qual o Município de Viseu tem parceria.

Nos termos do nº 4 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual (alterado pelo Decreto-Lei nº 54/2023, de 14 de julho), as micro, pequenas e médias empresas, poderão até 31 de dezembro, proceder ao envio da fatura via CTT para o Município de Viseu, Praça da Republica - 3514-501 Viseu, ou para o e-mail: au@cmviseu.pt.

8.3 - Em caso de discordância da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, no prazo de 15 dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8.4 - Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no n.º 1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário, ou por outro método acordado.

SECÇÃO II

Propostas

ARTIGO 9º

Prazo de apresentação de propostas

Nos termos estatuídos no nº 1 do artigo 136º do CCP, em conjugação com o nº3 do mesmo artigo, o prazo para apresentação de propostas a aplicar é de 30 dias, a contar da data do envio, para publicação, do anuncio do procedimento, no Jornal Oficial da União Europeia, até às 23h59min.

ARTIGO 10º

Pedidos de esclarecimentos

10.1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através de plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt, dentro

do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no nº 1 do artigo 50º do CCP;

10.2 - A competência para a análise dos pedidos de esclarecimentos caberá ao órgão competente para a decisão de contratar.

10.3 - Os esclarecimentos a que se refere o ponto 1, serão analisados e posteriormente comunicados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas. No caso dos esclarecimentos serem prestados para além do referido prazo, o prazo para apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado;

10.4 - Os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e prestados, serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados desse facto.

ARTIGO 11º

Regras de participação

11.1 - As propostas devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt .

11.2 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

11.3 - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

11.4 - Os preços, que não devem incluir o IVA, são indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor expresso por extenso.

11.5 - A proposta deve mencionar expressamente que aos preços unitários acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável ou referência ao regime de isenção, se for o caso.

11.6 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

11.7 - Em conformidade com o artigo 65º do DL nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual, o prazo de manutenção das propostas é de 90 dias.

ARTIGO 12º

Propostas variantes e subcontratação

Não é admitida a apresentação de propostas variantes nem a subcontratação dos serviços a adjudicar no presente concurso.

ARTIGO 13º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

ARTIGO 14º

Documentos da proposta

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), emitido nos termos do nº 6 do artigo 57º do CCP, que substitui o Anexo I.
- b) Proposta formulada nos termos do Anexo A, que se junta. Os concorrentes têm de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento e o preenchimento da lista de preços unitários constantes do ficheiro “Lista Artigos” na Plataforma.
- c) Declaração de Independência da Proposta, onde conste a ausência material de qualquer tipo de comunicação e/ou relação tida entre a empresa candidata e as suas concorrentes na apresentação da sua proposta.
- d) Declaração/tabela que contenha preço de referência nacional da marca (à data do 1.º dia útil de apresentação de propostas) referente ao gasóleo de aquecimento;
- e) Declaração que contenha o valor do desconto proposto em relação ao preço de referência (o valor do desconto não será revisto);
- f) Os concorrentes devem entregar devidamente preenchido o documento/Anexo “Prazo Máximo de Entrega”
- g) Quaisquer outros documentos que o concorrente pretenda apresentar, por os considerar indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 57.

ARTIGO 15º

Modo de Apresentação e entrega das Propostas

15.1 - A proposta e os documentos que a constituem, são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt.

15.2 - A proposta e os documentos que a constituem, devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, datados e assinados, através de certificado digital qualificado, nos termos do artigo 62º do CCP.

15.3 - Prazo de manutenção das propostas em conformidade com o artigo 65º do CCP.

SECÇÃO III

Caução

ARTIGO 16º

Prestação da caução

Não aplicável .

SECÇÃO IV

Declarações e documentos

ARTIGO 17º

Documentos de Habilitação e prazo

17.1 - Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP, que também se junta, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial.

17.2 - Certidão do registo Comercial do Concorrente ou menção de código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos do DL nº76-A/2006, de 29 de março.

17.3 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP, DL nº18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual.

17.4 - Declaração de Inexistência de Impedimentos conforme Modelo Q em anexo, para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho, e cuja omissão determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87º-A do CCP.

17.5 - Declaração Laços de Interdependência, em anexo.

17.6 - Documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual). Tendo em atenção o disposto no nº1, al. b) do artigo 37º da Lei nº89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.

17.7 - Documento com a indicação do IBAN da entidade.

17.8 - CERTIFICAÇÃO DE PME ou outra, para efeitos de faturação eletrónica.

Artigo 18º

Modo e prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário

18.1 - Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.

18.2 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação;

18.3 - O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar á caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º é de 3 dias;

18.4 - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

Artigo 19º

Preço anormalmente baixo

(Não aplicável)

Artigo 20º

Contrato reservado

(Não aplicável)

ARTIGO 21º

Legislação aplicável

22.1 - Em tudo o que for omissa no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no CCP.

22.2 - À contagem dos prazos previstos no presente Programa de Concurso aplicam-se as regras constantes do artigo 470º e 471º do CCP.

MODELO DE PROPOSTA – Anexo A

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento a que se refere o Anúncio do Procedimento nº.....publicado no DR/JOUE nº, obriga-se a fornecer os bens/ prestar os serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor global de..... € (por extenso e por algarismos).

A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Valor global da proposta, com a indicação expressa da não inclusão do IVA à taxa aplicável;

- Condições de pagamento;

- Prazo de entrega e instalação do equipamento:

Data e assinatura

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indicacomo endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Modelo Q

Declaração de inexistência de impedimentos

(Declaração para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho)(1)

Nome: _____

número de documento de identificação: _____

morada: _____

na qualidade de concorrente/candidato no procedimento de contratação pública _____

Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números 1 a 5 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho; (OU) Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos números 9 a 11 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho _____

_____, ____/____/____

(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos

Declaração de Independência da Proposta

Para os devidos efeitos a empresa -----
....., com o numero de
identificação fiscal e sede em -----
....., declara, sob compromisso de honra, que,
não existe qualquer tipo de comunicação e/ou relação tida entre si e as suas concorrentes,
na apresentação da sua proposta.

Por ser verdade se assina a presente declaração

....., de de 2025

Assinatura

Doc. da Proposta

Declaração Laços de interdependência

Para os devidos efeitos, a empresa -----
--- com o numero de identificação fiscal e sede em -----
----- declara, sob compromisso de honra (1) -----

Por ser verdade se assina a presente declaração

-----, ----- de ----- de 2025

Assinatura

Doc. de Habilitação